

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL DO BRASIL

Na sua atual configuração política, o Brasil é uma República Federativa composta por 26 **estados**, mais o **Distrito Federal**, e por 5.568 **municípios**. O sistema federativo foi adotado a partir de 1889, com a **Proclamação da República**, que transformou as então províncias em estados.

A **organização político-administrativa** da República Federativa do Brasil compreende a **União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos**, nos termos da Constituição Federal. O governo de qualquer um deles não pode determinar o que o governo do outro pode ou não fazer. Cada um exerce suas competências dentro dos limites reservados pela Constituição.

Os estados são regidos por Constituições Estaduais e os municípios por Leis Orgânicas Municipais, cujos princípios não podem contrariar os da Constituição Federal e Estadual. Ambos elegem os seus governantes e representantes no Poder Legislativo.

Estrutura dos Poderes

O Brasil adota a estrutura de organização dos poderes políticos em três grandes poderes, ideia que foi desenvolvida na época do Iluminismo e foi sistematizada pelo filósofo Montesquieu. O Estado Brasileiro é formado pelo Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa divisão é uma cláusula pétrea na Constituição Federal, isto é, não pode ser alterada por Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Poder Executivo

A atribuição do Executivo é a de governar o povo e administrar os interesses públicos. Juntamente do Legislativo, participa da elaboração de leis e as executa.

O chefe do Poder Executivo em nível federal é o Presidente da República. Em nível estadual, são os Governadores, e, em nível municipal, são os Prefeitos.

Poder Legislativo

A atribuição central do Legislativo é de elaborar e propor as leis que regerão a sociedade.

O Poder Legislativo brasileiro em nível federal é bicameral, ou seja, é constituído por duas câmaras: o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Seus representantes são, respectivamente, os Senadores e os Deputados Federais.

Nos estados, o Poder Legislativo é constituído pelas Assembleias Legislativas Estaduais, compostas pelos Deputados Estaduais.

Já em nível municipal, os representantes do Poder Legislativo são os Vereadores.

Poder Judiciário

O Poder Judiciário é constituído em suas instâncias mais altas pelo Supremo Tribunal Federal e pelos tribunais superiores de Justiça, do Trabalho, Eleitoral e Militar. É representado pelos juízes, desembargadores e ministros.

Tem a capacidade e a prerrogativa de julgar de acordo com as regras constitucionais e leis do país. Dos três poderes, é o único cujos titulares não são eleitos pela população.



Organização Política e Territorial do Brasil

O Brasil é uma República Federativa composta por 26 **estados**, mais o **Distrito Federal**, e por 5.568 **municípios**.

A **organização político-administrativa** da República Federativa do Brasil compreende a **União**, os **Estados**, o **Distrito Federal** e os **Municípios**, **todos autônomos**, nos termos da Constituição Federal.

O Brasil adota a estrutura de organização dos poderes políticos em três grandes poderes, ideia que foi desenvolvida na época do Iluminismo e foi sistematizada pelo filósofo Montesquieu. O Estado Brasileiro é formado pelo **Poder Executivo, Legislativo e Judiciário**. Essa divisão é uma cláusula pétrea na Constituição Federal, isto é, não pode ser alterada por Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

CENSO DEMOGRÁFICO

O Censo Demográfico constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do País. Por meio dele é feita a contagem dos habitantes brasileiros com o intuito de refletir a realidade brasileira. O Censo é considerado um "retrato de corpo inteiro do país".

As informações obtidas pelo censo permitem identificar como a população vive e os seus níveis de desenvolvimento socioeconômico, fundamentais para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas e para a realização de investimentos, tanto do governo quanto da iniciativa privada.

Segundo o IBGE, seus dados serão utilizados em programas e projetos que vão contribuir para:

1. Acompanhar o crescimento, a distribuição geográfica e a evolução das características da população ao longo do tempo;
2. Identificar áreas de investimentos prioritários em saúde, educação, habitação, transportes, energia, programas de assistência a crianças, jovens e idosos;
3. Selecionar locais que necessitam de programas de estímulo ao crescimento econômico e desenvolvimento social;
4. Fornecer referências para as projeções populacionais com base nas quais é definida a representação política no país, indicando o número de deputados federais, deputados estaduais e vereadores de cada estado e município; e
5. Fornecer subsídios ao Tribunal de Contas da União para o estabelecimento das cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

A pesquisa censitária é realizada por meio de dois questionários: o básico e o da amostra. O questionário básico será aplicado em cerca de 71 milhões de domicílios brasileiros e contará com 26 questões. Já questionário da amostra que é mais detalhado será aplicado em cerca de 10% dos domicílios e contará com 77 questões.

O questionário básico conta com os seguintes temas: identificação do domicílio, informações sobre moradores, características do domicílio, identificação étnico-racial, registro civil, educação; trabalho e rendimento e mortalidade.

O questionário da amostra conta com os seguintes temas: identificação do domicílio, informações sobre moradores, características do domicílio, identificação étnico-racial, registro civil, nupcialidade, núcleo familiar, registro civil, nupcialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, pessoas com deficiência, migração interna e internacional, educação, deslocamento para estudo, trabalho e rendimento, deslocamento para trabalho, mortalidade e autismo.

No Brasil, o Censo Demográfico é realizado a cada 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em 1872 foi realizado o primeiro Censo Geral, na época do Império. No ano de 1940 tivemos o primeiro feito pelo IBGE. Sendo que nos anos de 1880, 1910 e 1930 não houve operação censitária.

O 13º Censo Demográfico deveria ter sido realizado em 2020, mas foi adiado para 2021, em função da crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19. Os recursos orçamentários alocados para a operação censitária foram transferidos para o Ministério da Saúde, para o combate à pandemia, com o compromisso de constarem recursos orçamentários no Orçamento Geral da União (OGU) para a realização do Censo em 2021. Contudo, o Governo Federal alegou não ter recursos orçamentários para a sua realização e o Censo foi novamente adiado, para 2022.

O estado do Maranhão entrou com uma ação no Supremo Tribunal (STF) para que fosse determinado ao Governo Federal à realização do Censo em 2021. Na ação, o governo estadual argumentou que a falta do estudo sobre o perfil da população tem consequências na repartição de receitas tributárias, além de prejuízos para as estatísticas do país. Também afirmou que não realizar o Censo fere a Constituição, que obrigaria o estado brasileiro a realizar a coleta dos dados.

Em decisão monocrática, o ministro Marco Aurélio Mello fixou entendimento de que o Governo Federal tem a obrigação de realizar o Censo e que a operação censitária fosse realizada ainda no ano de 2021. O plenário virtual do STF concordou que o Governo Federal tem a obrigação de realizar o Censo, mas determinou que fosse realizado no ano de 2022, pois isso evitaria dificuldades que os recenseadores poderiam ter em 2021, em função da pandemia de Covid-19.

A coleta do Censo Demográfico 2022 será realizada em todo o Brasil a partir do dia 1º. de agosto de 2022.



Censo Demográfico

O **Censo Demográfico** constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do País. Por meio dele é feita a contagem dos habitantes brasileiros com o intuito de refletir a realidade brasileira.

As informações obtidas pelo censo permitem identificar como a população vive e os seus níveis de desenvolvimento socioeconômico, fundamentais para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas e para a realização de investimentos, tanto do governo quanto da iniciativa privada.

No Brasil, o Censo Demográfico é realizado a cada 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o qual percorre todo o território nacional, domicílio por domicílio, coletando os dados sobre a população.

O 13º Censo Demográfico deveria ter sido realizado em 2020, mas foi adiado para 2021, em função da crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19. Contudo, o Governo Federal alegou não ter recursos orçamentários para a sua realização e o Censo foi novamente adiado, para 2022.

A pesquisa censitária é realizada por meio de dois questionários: o básico e o da amostra. O questionário básico será aplicado em cerca de 71 milhões de domicílios brasileiros e contará com 26

questões. Já questionário da amostra que é mais detalhado será aplicado em cerca de 10% dos domicílios e contará com 77 questões.

O BRASIL E A QUESTÃO MIGRATÓRIA

O número de estrangeiros que vivem no Brasil cresceu no século XXI. Contribui para isso as ações da diplomacia brasileira de acolher migrantes vítimas de catástrofes naturais ou que fogem de guerras. Contudo, o principal fator é a maior visibilidade brasileira ao redor do planeta. País emergente, uma das maiores economias do mundo, que sediou grandes eventos como a Copa do Mundo em 2014 e as Olímpiadas em 2016.

Os maiores contingentes de imigrantes são da Venezuela, do Haiti e da Bolívia. Além dos latino-americanos, desses e de outros países, aumentou também o número de asiáticos e africanos, principalmente de países como Síria, Senegal, Nigéria e Gana, em geral, fugindo de conflitos bélicos nos seus países.

Os haitianos vêm para o Brasil fugindo da situação econômica e social precária e da instabilidade política do país, que também é constantemente afetado por desastres naturais. Um dos principais fluxos de haitianos para o Brasil ocorreu a partir de 2010, logo após um grande terremoto devastar o país. Segundo dados da Polícia Federal, aproximadamente 93 mil haitianos entraram em território brasileiro entre 2010 e 2017.

Já o fluxo de venezuelanos que chegou ao Brasil foi mais intenso entre os anos de 2015 e 2019, quando o país passou pelo pior momento de sua crise política e socioeconômica, marcada por uma hiperinflação, grave escassez de medicamentos, suprimentos médicos e alimentos, além de uma repressão implacável do governo e taxas extremamente altas de crimes violentos.

Os venezuelanos entram no Brasil principalmente por Pacaraima, em Roraima. A grande maioria dos que permanecem no Brasil acaba ficando nesse estado, o de menor população, especialmente na sua capital, Boa Vista. Os estados de Roraima e Amazonas enfrentaram surtos de sarampo no ano de 2018. De acordo com o Ministério da Saúde, o surto relacionou-se com a importação de casos, ou seja, de refugiados venezuelanos que entraram no Brasil com o vírus e o transmitiram para brasileiros.

A imigração boliviana para o Brasil possui um fluxo mais contínuo se comparado com a dos venezuelanos e haitianos. Não houve um desastre ou evento específico que tenha intensificado essa imigração. As condições socioeconômicas estão na base do fenômeno migratório boliviano. No imaginário da maioria dos bolivianos, o Brasil é um país de oportunidades, com uma população hospitaleira.

Apenas 0,4% de todos os habitantes do Brasil são estrangeiros. Essa é uma proporção bem pequena, principalmente quando comparada com a média mundial dos países em desenvolvimento, que é de 1,7%.

Na Argentina, por exemplo, quase 5% da população não nasceu no país. No Chile (2,7%) e no Paraguai (2,4%), a concentração também é maior. Há mais brasileiros vivendo no exterior do que nascidos no estrangeiro vivendo no país. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), mais de 3 milhões de brasileiros vivem fora do país - quatro vezes o número de estrangeiros aqui.



Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1920, 1 em cada 20 pessoas (5%) no país era estrangeira - recorde da nossa história recente. Nessa época, consolidava-se no país a presença de comunidades alemãs e italianas.

O contingente estrangeiro no país foi caindo, ao mesmo tempo em que a população nativa crescia. No Censo 2000, registraram-se 431 mil imigrantes para uma população de 190 milhões de habitantes. A trajetória dessa curva se alterou a partir de 2010, com a chegada de bolivianos, haitianos e, mais recentemente, sírios e venezuelanos - ainda assim, o país se mantém muito abaixo das proporções migratórias vistas ao resto do mundo.

Para Camila Asano, coordenadora da ONG Conectas, o Brasil tem dimensões continentais e condições de receber os migrantes. Se os brasileiros têm dificuldade de acessar serviços básicos, isso é anterior à chegada dessas pessoas. Devem-se aprimorar serviços, para que o atendimento a ninguém, migrante ou brasileiro, seja prejudicado por gestão ineficiente. Isso, de maneira alguma, deve servir de justificativa para criticar a chegada de migrantes.

Lei da migração no Brasil

Aprovada em 2017, a Lei nº 13.445/2017, que ficou conhecida como Nova Lei da Migração, substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980. A antiga lei adotava uma postura de segurança nacional e de criminalização do estrangeiro.

Principais pontos da lei:

- **Paradigma central = proteção de direitos humanos na temática das migrações, como decorrência da proteção constitucional da dignidade da pessoa humana;**
- **Ao migrante é garantida, assim como aos nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, assegurando-lhe também os direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;**
- **Regularização migratória passa a ser a regra;**
- **Facilita a obtenção de documentos para legalizar a permanência do imigrante no Brasil, bem como o acesso ao mercado de trabalho regular e serviços públicos;**
- **Os imigrantes não podem mais ser presos por estarem de modo irregular no país;**
- **Permite aos imigrantes que se manifestem politicamente, associando-se a reuniões políticas e sindicatos;**

- Diferente do Estatuto do Estrangeiro, a lei também trata dos brasileiros que vivem no exterior; e
- Repudia expressamente a discriminação e a xenofobia.

Conclusão

Somos um país de 211 milhões de habitantes, com pouquíssimos imigrantes. O Brasil atravessa um difícil momento econômico, político e social. O desemprego atinge milhões de brasileiros. A causa dos nossos graves problemas não está nos imigrantes, tampouco, em alguns milhares de venezuelanos que migraram para o nosso país. É um número ínfimo, muito pequeno, diante do tamanho da nossa população.

Se houvesse vontade política e uma adequada governança do nosso país, a vida do brasileiro estaria bem melhor, bem como a capacidade do país de acolher estrangeiros, especialmente dos que aqui buscam refúgio, como os venezuelanos, sírios e haitianos.



O Brasil e a questão migratória

O número de estrangeiros que vivem no Brasil cresceu no século XXI. Os maiores contingentes de imigrantes são da Venezuela, do Haiti e da Bolívia. Além dos latino-americanos, desses e de outros países, aumentou também o número de asiáticos e africanos, principalmente de países como Síria, Senegal, Nigéria e Gana, em geral, fugindo de conflitos bélicos nos seus países.

Apenas 0,4% de todos os habitantes do Brasil são estrangeiros. Essa é uma proporção bem pequena, principalmente quando comparada com a média mundial dos países em desenvolvimento, que é de 1,7%.

Lei da migração no Brasil: a Lei nº 13.445/2017 substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980. A antiga lei adotava uma postura de segurança nacional e de criminalização do estrangeiro.

- Paradigma central = proteção de direitos humanos na temática das migrações, como decorrência da proteção constitucional da dignidade da pessoa humana;

IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) surgiu em 1990, no Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da ONU. O índice varia em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais elevado é o IDH. No ranking, os países são divididos em quatro categorias: nações com índice de desenvolvimento "muito alto" (igual ou acima de 0,800), "alto" (de 0,700 a 0,799), "médio" (de 0,555 a 0,699) e "baixo" (abaixo de 0,555).

O IDH leva em conta três indicadores:

Educação (acesso ao conhecimento) – Duas taxas são usadas para medir a qualidade da educação de um país. O primeiro é a média de anos de educação de adultos (pessoas com mais de 25 anos de idade). O segundo é a **expectativa de anos de estudo para crianças, no início da vida escolar**.

Saúde (vida longa e saudável) – A **expectativa de vida ao nascer** é utilizada para medir a longevidade da população de um país. Esse número leva em conta todas as mortes precoces que ocorrem no país para chegar a uma expectativa de quantos anos viverá um recém-nascido. Ou seja, tem relação com fatores como as condições de saúde, a taxa de mortalidade infantil e a violência nacionais.

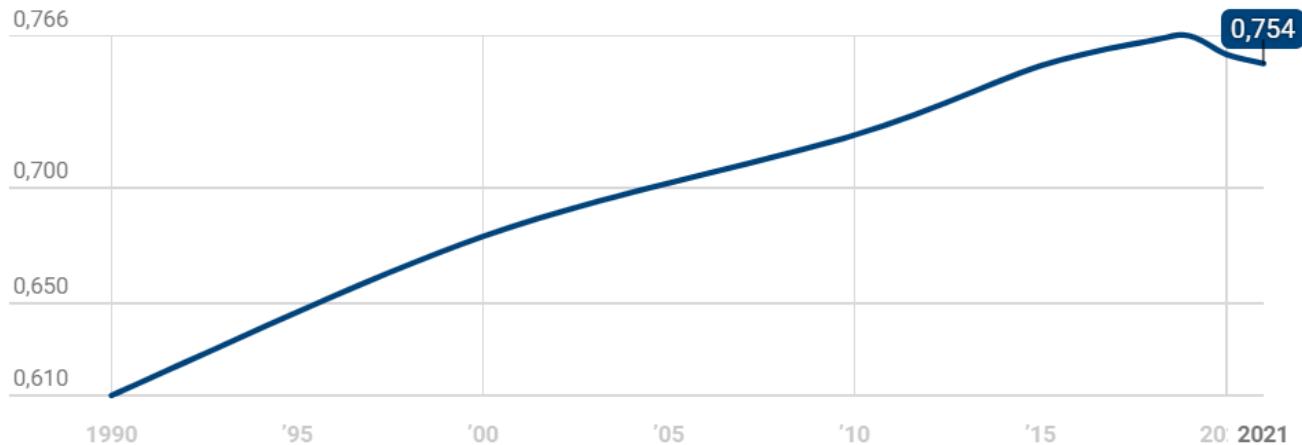
Renda (padrão de vida) – O terceiro componente do IDH é determinado pela renda per capita nacional. Para chegar à renda per capita, você deve dividir toda a renda nacional pelo número de habitantes de um país. Para evitar distorções na análise, a renda per capita é medida em **dólar**, considerando ainda a **paridade do poder de compra** (um método que revela quanto a moeda local é capaz de comprar no âmbito internacional, desconsiderando o custo de vida local).

O último relatório do IDH dos países é de 2022, com informações do ano de 2021. Nessa lista, o Brasil está em **87º lugar**, com índice de **0,754**. Está classificado como um país de **IDH alto**. Contudo, o Brasil tem registrado queda no ranking global ao longo dos anos recentes, e, nessa última medição, o valor do IDH também recuou:

- Em 2021, o Brasil ocupa a posição 87ª, com índice de 0,754.
- Em 2020, o Brasil estava na 84ª, com 0,758.
- E, em 2019, estava na 79ª, com 0,766.

IDH do Brasil de 1990 a 2021

país registra queda nos 2 últimos anos



fonte: PNUD



A queda nas posições, mesmo com o aumento do índice, mostra que o Brasil tem obtido progresso, porém, de forma mais lenta que outros países. Contudo, a queda geral do índice nesse último biênio mostra um retrocesso do IDH.

Apesar disso, o número não pode ser avaliado de forma isolada, pois o IDH global também registrou queda nesse período: passou de 0,739 para 0,732 entre 2019 e 2021. Segundo a ONU, o IDH registrou queda por causa dos reveses causados pela pandemia de covid-19 e das mudanças climáticas. A guerra na Ucrânia já produz efeitos que podem piorar este cenário. A reversão do IDH é quase universal, pois mais de 90% dos países registraram declínio na pontuação em 2020 ou 2021, e mais de 40% caíram nos dois anos, sinalizando que a crise ainda está se aprofundando em muitos deles, segundo o PNUD. Porém, a queda não foi generalizada e alguns países como China, Austrália, Coreia do Sul e Japão apresentaram ganhos nesse período.

Veja nas imagens abaixo o panorama geral do índice no mundo:

O ranking do IDH

Os 10 primeiros

1		Suíça	0,962	
2		Noruega	0,961	
3		Islândia	0,959	
4		Hong Kong	0,952	
5		Austrália	0,951	
6		Dinamarca	0,948	
7		Suécia	0,947	
8		Irlanda	0,945	
9		Alemanha	0,942	
10		Holanda	0,941	

Índice muito elevado

19.	Japão	0,925	
21.	Estados Unidos	0,921	
27.	Espanha	0,905	
28.	França	0,903	
30.	Itália	0,895	
38.	Portugal	0,866	
42.	Chile	0,855	
47.	Argentina	0,842	
58.	Uruguai	0,809	

Índice elevado

79.	China	0,768	
87.	Brasil	0,754	
109.	África do Sul	0,713	

Índice médio

120.	Venezuela	0,691	
132.	Índia	0,633	

Fonte: Pnud

Índice baixo (os últimos do ranking)

189.	Níger	0,400	
190.	Chade	0,394	
191.	Sudão do Sul	0,385	

Os números do IDH — Foto: Arte/O Globo

De um modo geral, Europa e América do Norte predominam entre os países de desenvolvimento muito alto; países latino-americanos e do leste europeu aparecem na categoria de desenvolvimento alto; países do norte africano e do sudeste asiático predominam entre os de desenvolvimento médio; e boa parte dos países africanos figura entre os países de desenvolvimento baixo.

Na América do Sul, o país mais bem colocado é o Chile, com 0,855 de IDH em 42º lugar. A seguir vêm Argentina, em 47º (0,842); Uruguai, em 58º (0,809); Peru, em 84º (0,762); Brasil, em 87º (0,754); e Colômbia, em 88º (0,752).



IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH surgiu em 1990, no Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD/ONU. O índice varia em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais elevado é o IDH.

No ranking, os países são divididos em quatro categorias: nações com índice de desenvolvimento "muito alto" (igual ou acima de 0,800), "alto" (de 0,700 a 0,799), "médio" (de 0,555 a 0,699) e "baixo" (abaixo de 0,555).

O IDH leva em conta três indicadores:

- Educação – acesso ao conhecimento.
- Saúde – vida longa e saudável.
- Renda – padrão de vida.

O último relatório do IDH dos países é de 2022, com informações do ano de 2021. Nessa lista, o **Brasil** está em **87º lugar**, com índice de **0,754**. Está classificado como um país de **IDH alto**. Contudo, o Brasil tem registrado queda no ranking global ao longo dos anos recentes, e, nessa última medição, o valor do IDH também recuou.

No período de 2019 a 2021, **o IDH global também registrou queda: passou de 0,739 para 0,732**. Segundo o PNUD, o IDH registrou queda por causa dos reveses causados pela pandemia de covid-19 e das mudanças climáticas. A guerra na Ucrânia já produz efeitos que podem piorar este cenário. A reversão do IDH é quase universal, pois mais de 90% dos países registraram declínio na pontuação em 2020 ou 2021, e mais de 40% caíram nos dois anos.